

REUNIÃO TÉCNICA PARA A CONSTRUÇÃO DE RECOMENDAÇÕES PARA UMA
POLÍTICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA ORIENTADORA DAS
EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NOS DIFERENTES
CICLOS DE FORMAÇÃO/NÍVEIS DE ENSINO DOS 0 AOS 17 ANOS

Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica
(SEB/MEC)

Brasília, 09 a 11 de maio de 2011.

**Mesa: Diferentes interlocutores dialogam sobre uma política curricular e a
definição de expectativas de aprendizagem e conhecimento para a educação
básica**

Participantes: ANPED, CNE, CONSED, MIEIB e UNDIME

**CONSIDERAÇÕES DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DO BRASIL**

Texto apresentado pela Representante do MIEIB

O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) é um movimento social que, desde 1999, luta pela concretização do atendimento de qualidade às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em instituições de educação infantil no Brasil, articulando em Fóruns de Educação Infantil de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal profissionais que atuam diretamente na área da Educação Infantil, universidades, gestores, ONG, sindicatos etc.

O MIEIB tem como um dos seus objetivos a divulgação de uma concepção de Educação Infantil comprometida com os direitos fundamentais das crianças e a ampliação da consciência coletiva sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento do ser humano. Entre os vários princípios que defende estão:

- a garantia e o reconhecimento do direito constitucional das crianças de até cinco anos (independentemente de raça, idade, gênero, etnia, credo, origem sócio-econômica-cultural etc.) ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade;

- o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, parte da estrutura e do funcionamento do sistema educacional brasileiro;

- a concepção de criança como sujeito de direitos, ativo e participativo no seu contexto histórico-cultural;

- a indissociabilidade cuidar/educar visando o bem-estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos e 11 meses;

- a implementação de políticas públicas que visem a expansão e a melhoria da qualidade do atendimento educacional abrangendo toda a faixa etária 0 a 5 anos e 11 meses.

O MIEIB vem assumindo relevante papel no cenário nacional, tendo interlocução com o Ministério da Educação (MEC) e com outras entidades, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), com o objetivo de incidir na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas para a área. Entre os últimos processos dos quais o MIEIB participou ativamente está a elaboração dos Indicadores da Qualidade para a Educação Infantil (2009) e da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução 05/09) e seu desdobramento em orientações curriculares para a Educação Infantil, processo amplamente democrático no qual também esteve presente.

O MIEIB considera que as questões referentes a currículo para a Educação Infantil se inserem em discussões mais amplas sobre quem são os bebês e as crianças pequenas, sobre que educação é considerada necessária e desejável para elas, qual o papel dos professores e a visão de escola feita para as crianças e com as crianças. Além disso, é imprescindível pensar nas condições necessárias para a vivência desse currículo, tais como a infra-estrutura, materiais, acompanhamento pedagógico e, especialmente, a formação dos professores.

Frequentar uma instituição de Educação Infantil (creche ou pré-escola) deve se constituir numa oportunidade das crianças viverem plenamente a infância. Tendo as suas características, seus interesses e necessidades específicas respeitadas e consideradas, essa experiência deve propiciar o seu bem estar e ampliar e enriquecer as suas aprendizagens, promovendo o seu desenvolvimento. Nesse sentido, é importante que os currículos para a Educação Infantil não assumam um caráter prescritivo e reducionista, fragmentados em áreas do conhecimento, mas que sejam concebidos, como explicitam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), como um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Art. 3º).

Em relação ao tema em pauta, trazemos algumas questões para o debate acerca da definição de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil:

1. O caminho que a área da Educação Infantil tem construído vai na direção de pensar e estimular as condições que favorecem o oferecimento de uma educação de qualidade para todas as crianças brasileiras. São expressões deste esforço a participação na elaboração de vários subsídios e orientações para o trabalho desenvolvido em creches e pré-escolas, tais como os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, a Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil, os Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil e as DCNEI. Por outro lado, estudos locais e de âmbito nacional têm apontado que essas condições ainda são incipientes ou não estão presentes em grande parte das nossas creches e pré-escolas. Persistem grandes desafios que dificultam a realização de um trabalho de qualidade tais como os relativos ao currículo desenvolvido, à formação dos professores, à infra-estrutura, equipamentos, brinquedos, livros de literatura infantil etc.

Diante disso, indagamos: em que medida a definição de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças que freqüentam essas creches e pré-escolas considera as reais condições que lhes são oferecidas? Ou ainda, em que medida a definição de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças não desloca o foco para o desempenho das crianças em algumas das suas habilidades?

2. De acordo com o Parecer CNE/CEB 20/2009, cumprir a função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas implica “assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas”; assim, as instituições de Educação Infantil “devem criar contextos que articulem diferentes linguagens e que permitam a participação, expressão, criação, manifestação e consideração de seus interesses”. As DCNEI afirmam que “A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação,

renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.” (Art. 8º). A ênfase é na diversidade de aprendizagens e nas diferentes linguagens das crianças, em aprendizagens que são significativas porque atende aos seus interesses.

Então, perguntamos: em que medida a adoção de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento não direcionará a ação pedagógica para o que foi definido como metas a serem atingidas pelas crianças, provocando um olhar menos atento às suas reais demandas? Portanto, em que medida não reforçará uma prática reducionista, alheia à riqueza das múltiplas experiências que podem e devem ser vividas pelas crianças e seus diferentes ritmos de desenvolvimento?

3. A LDB 9394/96 já definiu (e vários documentos corroboraram isso) que o objetivo da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Coerentemente, aponta que uma das especificidades desta etapa da educação é que a avaliação deve se constituir no acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, não tendo o caráter de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. As DCNEI reafirmam esse entendimento, determinando que “As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.” (Art. 10).

Nesse sentido, um dos grandes desafios da área tem sido a mudança de práticas de avaliação comuns em outras etapas da educação e a construção de estratégias que, de maneira variada e abrangente, documente a vivência da criança na creche ou pré-escola, dando visibilidade às suas realizações e conquistas, tornando explícitas as suas hipóteses, seus pontos de vista, sentimentos e desejos. Nessa perspectiva, a documentação é um processo que contribui fortemente para a observação e escuta das crianças, de modo a possibilitar a realização de experiências significativas com elas.

A definição de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento específicas para cada faixa etária ou grupos de idade supõe que seja feita uma avaliação para verificar se tais expectativas foram atingidas. Qual será o uso de tais avaliações no momento atual, no qual ainda temos fortes problemas que dificultam a consolidação da identidade de Educação Infantil (com destaque para a formação profissional específica para a área e falta de acompanhamento pedagógico competente)? Como tais avaliações serão diferenciadas de testes que classificam e rotulam crianças com desiguais oportunidades ou diferentes ritmos de desenvolvimento? Como evitar que as crianças que não atingiram tais expectativas sejam consideradas “menos capazes” e, portanto, discriminadas? Quais serão as outras conseqüências disso? Essas crianças serão impedidas de freqüentar o agrupamento seguinte?

Diante de tais preocupações, apresentamos algumas posições e sugestões para a continuação do debate:

- construir orientações para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, conforme consta no Art. 12. destas.
- considerar a interlocução entre as políticas de formação de professores, as condições de trabalho dos professores e as concepções de currículo na Educação Infantil;
- retomar os documentos elaborados no âmbito do MEC que fornecem subsídios para a consolidação da identidade e da melhoria da qualidade da Educação Infantil, bem como as pesquisas locais e nacionais que trazem contribuições importantes sobre o cotidiano e as práticas curriculares em creches e pré-escolas;
- repensar as estratégias e os currículos da formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil de forma a promover a incorporação dos conceitos e concepções que estão expressas nas DCNEI;
- maior divulgação e debate sobre as DCNEI, para que estas sejam melhor apropriadas pelos diversos sistemas de ensino, que as podem “traduzir” em orientações curriculares mais detalhadas;
- a partir do maior conhecimento e interlocução dessas diretrizes com a prática, promover um amplo debate sobre a necessidade e adequação da adoção de

expectativas de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, onde profissionais de creches e pré-escolas também sejam ouvidos acerca de vários aspectos envolvidos nessa discussão;

- considerar, na construção das orientações para a implementação das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, o processo de transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, de forma a prever formas de “garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental”, como prevê o Art. 11 das DCNEI.

Ressaltamos a importância do MIEIB participar desse processo de discussão que hoje se inicia e esperamos continuar contribuindo com a formulação de políticas curriculares para a Educação Infantil.